



Goiânia, 20 de setembro de 2016.

CARTA AOS CANDIDATOS E À CANDIDATA À PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA NAS ELEIÇÕES DE 2016

Senhores candidatos, senhora candidata, como cidadãos construtores de nossa cidade e partilhando em conjunto do bem comum que dela emana, encontramos-nos novamente às vésperas e na expectativa de mais um pleito para a escolha de nosso(a) prefeito(a), envoltos nas mais diversas promessas e compromissos firmados pelos senhores.

Sabemos da relevância dessa escolha para a definição e efetivação do rumo que se deseja para todos nós que aqui vivemos. Nesse sentido, nós, membros do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos, queremos avançar na luta pelo direito à educação de qualidade social para todos, especialmente para os cidadãos jovens e adultos trabalhadores de Goiânia. Imbuídos de nosso compromisso com essa modalidade da Educação Básica, evidenciamos essa categoria estudantil aos senhores, para que possamos unir esforços e selar um acordo para saldar a dívida histórica de nossa sociedade com os jovens e os adultos trabalhadores brasileiros.

A fim de esclarecermos sobre os nossos compromissos e lutas, expomos o que se segue:

Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos surgem em 1996, no Brasil, como movimento que busca dar resposta à necessidade de articulação social, para assegurar políticas públicas de Estado para essa modalidade da Educação Básica. São constituídos de segmentos organizados da sociedade na forma de movimentos, coletivos, instituições e indivíduos dedicados(as) à defesa do direito humano à educação de pessoas jovens, adultas e idosas trabalhadoras e são organizados em cada estado e Distrito Federal de forma horizontal, autônoma e suprapartidária, tendo como princípios a educação emancipadora, popular e ao longo de toda a vida como direito de todos e em prol de uma sociedade justa, democrática e plural.

O amplo desafio que une a luta dos Fóruns da Educação de Jovens e Adultos no país, cujos sujeitos são trabalhadores, é histórico e estrutural. Como a má distribuição de renda no Brasil gera a sua concentração nas mãos de poucos e as relações de trabalho geralmente são baseadas na exploração de uns sobre outros, não se trata de luta pela educação apenas para a inclusão social, mas por uma educação emancipadora, com inclusão política, que favoreça aos cidadãos o acesso aos bens materiais e simbólicos, críticos, criativos, propositivos e transformadores.

Com o objetivo de materializar o compromisso social e político com a EJA, os Fóruns têm aprofundado as discussões sobre a identidade dessa modalidade educacional no país e, especialmente, sobre as condições de concretização do direito à escolarização aos seus sujeitos, com efetivo acesso a escolas que os reconheçam e os acolham, atentando-se para a permanência e para a conclusão com qualidade social, e que trabalhem numa perspectiva popular libertadora. Nesse sentido, os Fóruns de EJA do Brasil atuam na defesa irrestrita do direito humano de pessoas jovens, adultas e idosas trabalhadoras à educação emancipadora ao longo de toda a vida, tendo como princípios:

- A defesa intransigente dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e da natureza;
- A luta por uma educação básica emancipadora de qualidade social e comprometida com a formação de sujeitos criativos, independentes, críticos, propositivos e solidários, com acesso à EJA integrada à Educação Profissional;
- A efetivação de ações educacionais baseadas na intersetorialidade, fortalecendo a integração entre trabalho, cultura, ciência, tecnologia e formação política e ambiental, como classe trabalhadora;
- O fortalecimento da autonomia política dos Fóruns na organização coletiva de seus encontros, seminários e reuniões presenciais e virtuais (via Portal dos Fóruns de EJA do Brasil,

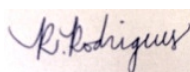
com o seguinte sítio: www.forumeja.org.br) sem atrelamentos a instituições do poder público, nem concessões a possíveis apoiadores;

• A ação conjunta com outros movimentos sociais, em prol de um projeto de sociedade brasileira justa e democrática atenta aos interesses e necessidades da classe trabalhadora.

Especificamente em relação à Educação Básica para pessoas jovens, adultas e idosas trabalhadoras, seguem proposições aprovadas em plenárias resultantes de vários encontros dos Fóruns, as quais constituem para nós e para todos os sujeitos envolvidos com a modalidade razões de luta:

1. Assegurar nos planos municipais, estaduais, distrital e nacional o financiamento da EJA, com valor aluno igual aos demais da Educação Básica, sob a forma de políticas públicas de estado, e não por meio de programas;
2. Exigir que o poder público e suas instituições nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal realizem o recenseamento, a mobilização (chamada pública e divulgação) da demanda e garanta a abertura e a manutenção de turmas/escolas de EJA na Educação Básica (Fundamental e Médio), na forma integrada à Educação Profissional, nos termos do artigo 5º da LDB 9394/96;
3. Exigir a criação e a implementação de política de Estado em níveis municipal, estadual, distrital e federal que integre a EJA à Educação Profissional (com elevação da escolaridade), garantindo a continuidade no processo de formação integral, emancipatório e integrado; formação continuada (estudo e planejamento) em serviço, com encontros garantidos no calendário (quinzenais); trabalho coletivo com compromisso ético-político com a classe trabalhadora, na forma presencial combinada com a distância, com aporte financeiro de apoio aos educandos trabalhadores;
4. Garantir formação inicial e continuada para os educadores com foco na EJA, contemplando discussões sobre o perfil de educador para a modalidade; encontros para trocas de experiências, participação em eventos científicos e culturais e publicações multimídias com autoria coletiva de professores e educandos, de domínio público;
5. Garantir formação específica dos professores e profissionais de educação para trabalhar com educandos em situação de privação de liberdade (em prisões e centros de internação) e liberdade assistida. Que essa formação de professores, profissionais de educação e agentes seja oferecida pelas universidades públicas, Estado, Distrito federal e municípios, em parceria com os órgãos do Poder Judiciário;
6. Garantir a realização de pesquisas contínuas por universidades públicas, INEP, IPEA do dimensionamento da demanda social por EJA Trabalhadores (EJAT), do controle social de efetividade da oferta de EJAT, das práticas político-pedagógicas de EJA integrada à Educação Profissional, dos Programas de formação inicial e continuada (pós-graduação *lato* e *stricto sensu*) dos professores e profissionais de EJAT.

Senhores, somos gratos por se colocarem a serviço de nossa sociedade e por tê-los como nossos candidatos e candidata, e o que se demanda àquele/a que venha assumir a Prefeitura Municipal de Goiânia, a partir de 2016, é que se some a essa luta, comprometendo-se pelo avanço na garantia do direito à EJA, especialmente nas formas e condições acima apontadas, como vem sendo reiteradamente buscado pelos Fóruns e sujeitos envolvidos com a modalidade.



Maria Elaine de Severino Lisboa Noronha, Maria José do Nascimento, Renusia Rodrigues dos Santos,
Rones de Deus Paranhos e Rita de Cássia Soares M. Silva

Coordenação Colegiada do Fórum Goiano de EJA